

ATA NÚMERO 80/XIII (2.ª) SL
12 de julho de 2017 – 10h00

ORDEM DO DIA

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
- 2. Aprovação da ata de 4 de julho**
- 3. Comunicações do Presidente**
- 4. Audiência à ANPRI – Associação Nacional de Professores de Informática - 10h00**
- 5. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – 11h00**
- 6. [Petição n.º 292/XIII \(2.ª\)](#) - apresentada por ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica - Pela atualização do valor das bolsas de investigação científica**
 - Apreciação e votação do relatório final da petição
 - Deputado Relator: Elza Pais - PS
- 7. [Projeto de Lei n.º 486/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares**
 - Redação
- 8. [Projeto de Resolução n.º 900/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda que o Governo garanta o acesso à educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos 3 anos e o alargamento da ação social escolar, no âmbito do combate à pobreza infantil**
- 9. [Projeto de Resolução n.º 932/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Pelo urgente reinício das obras de reabilitação da Escola Secundária do Monte de Caparica**
- 10. [Projeto de Resolução n.º 792/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas**

11. [Projeto de Resolução n.º 969/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que altere os critérios e a fórmula de cálculo de atribuição de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em conta as tipologias e áreas dos edifícios, as ofertas formativas e o universo de alunos

12. Data da próxima reunião

18 de julho de 2017 (terça-feira), às 14h - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PCP

18 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h15 - Audição Regimental, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 4 de julho foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

O relatório da audição da Confederação Nacional das Associações de Pais pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Audiência à ANPRI – Associação Nacional de Professores de Informática - 10h00

A Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI) fez-se representar pela sua Presidente, Fernanda Ledesma.

O Presidente da Comissão deu-lhe as boas vindas e indicou a grelha de tempos das intervenções.

A Presidente da ANPRI referiu o seguinte, em síntese:

1. O problema que motivou o pedido de audiência já está parcialmente resolvido, com a publicação de um despacho sobre a matéria;

2. Há a ideia de que os alunos sabem muito de informática;
3. A área de informática ou de tecnologia universal é igual em todo o mundo, sem necessidade de certificações e é importante apostar nelas na educação;
4. Os alunos sabem manejar a máquina, jogar, ir às redes sociais, mas não têm conhecimentos adequados, a nível da informação, *media*, etc;
5. Atualmente, 90% das profissões usam as tecnologias como suporte;
6. Existe a ideia de que todos os alunos têm computador e acesso à *internet*, mas isto não é verdade;
7. Pede formação essencial para todos, que só é possível com a criação de uma disciplina específica;
8. Informou que, entretanto, por despacho de 5 de julho, foi criada uma disciplina do 5.º ao 9.º ano, a implementar em 4 anos, tendo-se congratulado com a decisão e lamentado o tempo alargado de implementação;
9. Os projetos pontuais que têm vindo a ser desenvolvidos, nomeadamente no 1.º ciclo, acrescem à disciplina, mas não são suficientes só por si.

Interveio depois o Deputado Álvaro Batista (PSD), referindo que há alunos que não têm *internet* e até mesmo eletricidade, em territórios de baixa densidade. De seguida, considerou o ensino tecnológico muito importante e realçou a necessidade de professores, de formação e de atualização dos mesmos, bem como de equipamentos nas escolas. Perguntou depois se as escolas têm equipamentos para as aulas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), programas atualizados e se os mesmos afetam a qualidade do ensino na disciplina.

O Deputado Porfírio Silva (PS) congratulou-se por o problema ter evoluído e referiu que não têm nada contra os projetos existentes, mas a formação de base é fundamental em termos de equidade. Referiu que a disponibilização da disciplina é progressiva e manifestou que se trata de uma área fundamental de formação universal e o despacho vai nesse sentido.

A Deputada Joana Mortágua (BE) realçou a diferença entre o acesso à tecnologia e a literacia, considerou as TIC fundamentais e defendeu que a escola não deve servir interesses privados, discordando, por exemplo, do exame Cambridge, quando a escola pode fazer isso. Manifestou-se ainda favorável à ideia de flexibilização curricular, incluindo flexibilização a nível de avaliação. Transmitiu depois agrado por o assunto estar parcialmente resolvido e abertura para continuar a equacionar as questões.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) enfatizou a diferença entre a utilização da tecnologia, a literacia, a segurança e a utilização produtiva e referiu o regime da experiência piloto no 1.º ciclo, e no secundário com as salas do futuro. Perguntou depois se a nova disciplina de TIC vai abranger todas as escolas, se a oferta é generalizada e o que vai existir no próximo ano.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que nem toda a gente tem igual acesso às tecnologias, nomeadamente em casa, e que a escola tem de superar as desigualdades,

proporcionando educação em condições de igualdade. Perguntou depois que condições é necessário garantir para uma resposta com equidade, referiu que o projeto GEN10S tem por base uma linguagem associada a uma empresa em particular e salientou a importância de conhecimento das diferentes linguagens de programação.

Na sequência das questões e das observações expressas, a Presidente da ANPRI referiu o seguinte:

1. As associações profissionais estão a trabalhar no processo de flexibilização dos currículos, para depois darem indicações às escolas;
2. O despacho ministerial prevê o começo da disciplina de TIC no 5.º, 7.º e 10.º ano e depois vai-se alargando, prevendo a generalização em 4 anos;
3. Os projetos têm uma aplicação muito restrita;
4. As salas do futuro são da iniciativa das escolas e não do Ministério da Educação;
5. O projeto desenvolvido no 1.º ciclo tem parceria com a ANPRI e é plural, não datado, sendo o professor que escolhe a linguagem a utilizar, em função das condições existentes;
6. Defende a implementação de ciências da programação, para resolução de problemas;
7. A última aquisição generalizada de equipamento para as escolas é de 2010;
8. As escolas têm concorrido a alguns concursos para aquisição de equipamento;
9. Com a implementação no 1.º ciclo, que abrange 1/3 das escolas, e não dos alunos, as escolas alargaram a existência de equipamento;
10. Há pouca formação dos professores, devido ao pouco financiamento e disponibilização de formação em TIC;
11. A ANPRI tem um centro de formação, com que dá resposta a algumas necessidades;
12. Os professores da área precisam de muita formação e atualização, nomeadamente para os cursos profissionais.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – 11h00

A delegação da Federação era composta por Artur Sequeira, Francelina Pereira e Hugo Fonseca.

A Vice-Presidente da Comissão, Deputada Margarida Mano, em substituição do Presidente, deu as boas vindas aos representantes da Federação e indicou a grelha de tempos das intervenções.

Os representantes da Federação referiram o seguinte, em síntese:

1. Os trabalhadores não docentes têm várias questões laborais que se arrastam e não têm tido resposta;

2. A [Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro](#), regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações - funções públicas – alterou e destruiu a carreira existente, de auxiliar de ação educativa, havendo necessidade de a recuperar;
3. Reuniram com a Secretária de Estado da Educação para equacionar a matéria, tendo esta informado que só haveria abertura para equacionar novamente a carreira específica se o mesmo acontecesse noutros Ministérios;
4. A Federação faz uma avaliação negativa da lei acima referida, entendendo que não é lógico destruir a carreira e que a função em causa não pode ser desempenhada por qualquer pessoa;
5. Contestam a utilização dos contratos emprego-inserção e de trabalhadores sem formação;
6. Falta pessoal nas escolas, a Portaria dos rácios tem uma vertente economicista, é insuficiente e tem vindo a ser colmatada com recurso a contratação à hora;
7. Não há estabilidade que garanta a qualidade do serviço prestado;
8. A revisão da Portaria dos rácios está prevista no Orçamento do Estado para 2017, mas ainda se encontra atrasada;
9. Já há autorização para a contratação a prazo de mais assistentes operacionais;
10. Muitos trabalhadores são contratados à hora e não serão abrangidos pelo Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública;
11. A Federação discorda totalmente da transferência de competências para as autarquias na área da educação, sendo adeptos da regionalização e da descentralização posterior e com tratamento igual para todos os trabalhadores;
12. Para a fixação do rácio dos trabalhadores não docentes propõem que não se utilize apenas o número de alunos, mas também outros critérios, como a tipologia das escolas, etc.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD) referindo que a reversão do horário laboral para 35 horas semanais fez com que houvesse necessidade de mais 3.000 assistentes operacionais. Indicou depois que a Portaria de 2008 com os rácios dos assistentes operacionais foi alterada em 2015 e o Governo atual vai alterá-la, mas ainda não se sabe em que termos, pelo que prevê que a alteração não vá ter efeitos no início do próximo ano letivo e para essa hipótese, perguntou qual o impacto que previam. Por último, informou que o PSD previa que a transferência de competências na educação e do pessoal não docente, só se verificasse com a concordância dos Agrupamentos de Escolas.

A Deputada Odete João (PS) considerou que a formação deste pessoal é essencial e referiu que a Portaria com os rácios terá por base vários critérios, incluindo as necessidades das escolas e os alunos com necessidades educativas especiais. Mencionou depois que o Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) é fundamental para a estabilidade do pessoal e das escolas. A terminar, questionou quais os impedimentos que viam no caso de se avançar diretamente para a descentralização de competências para as autarquias.

A Deputada Joana Mortágua (BE) manifestou preocupação com a possibilidade de exclusão do PREVPAP de 3.000 trabalhadores que estão em regime de tempo parcial e considerou urgente alterar a Portaria dos rácios. Concordou depois com a reintrodução das carreiras específicas e indicou preocupação pelo facto de a utilização do PREVPAP ser feita com a utilização da Portaria atual e não com a nova.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que o CDS-PP valoriza o pessoal não docente e concorda com a existência de uma carreira específica pois entende que constitui uma forma de dignificação. Indicou que os rácios têm de responder às necessidades efetivas das escolas e que deve considerar mais do que o número de alunos. Informou que o CDS-PP tem um Projeto de Resolução sobre essa matéria. Mencionou também que o CDS-PP concorda com a transferência de competências para as autarquias, nomeadamente do pessoal não docente e defendeu que a prática mostra que não há razão para apreensão.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a centralização em 3 carreiras, feita com a [Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro](#), é negativa. Indicou que o PCP apresentou uma proposta de alteração dos rácios do pessoal não docente que foi acolhida no Orçamento do Estado de 2017, e considerou que tem de haver assistentes operacionais em todas as escolas, bem como atender-se aos alunos com necessidades educativas especiais, aos horários das escolas e funcionamento das mesmas e à respetiva tipologia e localização. Considerou ainda que seria injusto não incluir no PREVPAP os assistentes contratados a tempo parcial que respondem a funções permanentes. A terminar, referiu que as autarquias têm meios diferentes entre si, pelo que o processo de transferência de competências para as mesmas lhes causa preocupação.

Na sequência das questões e das observações expressas, os representantes da Federação referiram o seguinte:

1. O aumento do horário dos trabalhadores públicos visou apenas reduzir o seu salário;
2. Existe falta de pessoal não docente nas escolas;
3. A Secretária de Estado da educação informou que a Portaria de alteração dos rácios deste pessoal entrará em vigor no início do ano letivo;
4. Todos os Governos têm fugido à criação de uma carreira específica para estes trabalhadores;
5. Há 2.873 trabalhadores com renovação dos contratos, a que acrescem 300 que iniciaram funções no ano anterior;
6. Pedem concursos para estes trabalhadores entrarem na carreira;
7. A contratação à hora iniciou-se no anterior Governo e mantém-se;
8. Pedem trabalhadores com perfil e formação para a função;
9. A municipalização provoca a instabilidade dos trabalhadores não docentes e há falta de transferência dos meios para as autarquias;

10. Defendem a valorização dos serviços do Ministério da Educação e realçam a dependência das escolas em relação ao mesmo;
11. Propõem a recuperação da carreira para os assistentes operacionais e que se acabe com a precariedade e a municipalização, considerando que esta põe em causa a universalidade da escola pública, com um tratamento diferente por cada autarquia, defendendo ainda que as escolas já estão perto da população, não sendo preciso a transferência de competências para os Municípios para esse efeito.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

6. [Petição n.º 292/XIII \(2.ª\)](#) - apresentada por ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica - Pela atualização do valor das bolsas de investigação científica

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Elza Pais (PS) e depois aprovado por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. [Projeto de Lei n.º 486/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

Estando em apreciação a redação final do Projeto de Lei, foi deliberado solicitar ao PEV que informe se concorda com a mesma.

8. [Projeto de Resolução n.º 900/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda que o Governo garanta o acesso à educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos 3 anos e o alargamento da ação social escolar, no âmbito do combate à pobreza infantil

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Joana Mortágua (BE), tendo participado no debate as Deputadas Susana Amador (PS), Germana Rocha (PSD), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP). A informação da discussão está disponível no Projeto de Resolução.

9. [Projeto de Resolução n.º 932/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Pelo urgente reinício das obras de reabilitação da Escola Secundária do Monte de Caparica

O PEV pediu entretanto a discussão na sessão plenária e não na Comissão, pelo que vai ser feita a respetiva comunicação.

10. [Projeto de Resolução n.º 792/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

Esta iniciativa foi discutida conjuntamente com o Projeto de Resolução 969/XIII, do CDS-PP, tendo participado na discussão os Deputados Joana Mortágua (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP),

Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS) e Ana Mesquita (PCP). A informação da discussão está disponível nos projetos de Resolução.

11. [Projeto de Resolução n.º 969/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que altere os critérios e a fórmula de cálculo de atribuição de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em conta as tipologias e áreas dos edifícios, as ofertas formativas e o universo de alunos

Esta iniciativa foi discutida conjuntamente com o Projeto de Resolução 792/XIII, do BE, tendo participado na discussão os Deputados Joana Mortágua (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS) e Ana Mesquita (PCP). A informação da discussão está disponível nos projetos de Resolução.

12. Data da próxima reunião

18 de julho de 2017 (terça-feira), às 14h - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a requerimento do PCP

18 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h15 - Audição Regimental, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 18 de julho de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Duarte Marques
Elza Pais
José Cesário
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos